

# NARRATIVA E EXPERIÊNCIA DO OUTRO: UM Rolê AFETIVO NO COMPLEXO DO ALEMÃO

*NARRATIVES AND EXPERIENCES OF THE OTHERNESS: UM Rolê AFETIVO  
NO COMPLEXO DO ALEMÃO | NARRATIVAS Y EXPERIENCIAS DE ALTERIDAD:  
UNA VUELTA AFECTIVA EN EL COMPLEXO DO ALEMÃO*

**CARLOS HENRIQUE MAGALHÃES DE LIMA**

## RESUMO

Este trabalho tem o propósito de pensar os métodos de pesquisa no espaço urbano formulados diante das questões relativas à alteridade. Trata-se aqui de encarar os problemas e procedimentos metodológicos a partir das interações com os atores situados, com ênfase nas narrativas cotidianas e nos aspectos amplamente compartilhados de uma dada forma de sociabilidade. Sugere-se aqui que essa forma de conceber a prática de pesquisa e de projeto seja mais relevante em situações em que as transformações se processem rapidamente, como em áreas urbanas instáveis onde a precariedade impõe transversalidades de toda ordem. O artigo recorre aos coletivos urbanos do Complexo do Alemão que, em tempos recentes, adotaram práticas e atividades capazes de revelar aquilo que escapa às concepções generalizantes e, portanto, redutoras sobre a área. Como caso exemplar, propõe-se analisar o “rolezinho afetivo do Complexo do Alemão”, organizado em 2013 por coletivos e instituições que atuam no complexo com o objetivo de mapear e compreender espaços importantes da favela. Como pano de fundo, espera-se que este trabalho ofereça pistas para pensar as diferenças e assimetrias que permeiam territórios da pobreza nas grandes metrópoles.

**PALAVRAS-CHAVE:** Coletivos urbanos. Complexo do Alemão. Metodologia em urbanismo.

## ABSTRACT

*This paper aims at reflecting on research methods of urban spaces which were created because of alterity issues. There is a need to face the problems and methodological procedures through the interactions with actors situated locally, emphasizing daily narratives and widely-shared aspects of a certain kind of sociability. Study suggests that this manner of conceiving research practice and project is more relevant in situations where changes are processed quickly, such as the unstable urban areas where the precariousness imposes transversalities of all kinds. Therefore, the article this paper turns to the urban collectives of the Complexo do Alemão, which in recent times have adopted actions and activities that can reveal what escapes to the generalizing and diminish-*

*ing conceptions of slums. The analysis of the Um rolezinho afetivo no Complexo do Alemão, organized in 2013 by collectives and institutions working in the complex, is an important case study of the ways people are learning and understanding important spaces within the favela. It is also expected that this paper can provide some clues on how to rethink the differences and asymmetries that are spread through the poor areas of huge metropolis.*

**KEYWORDS:** *Urban collectives. Complexo do Alemão. Methodology in urbanism.*

### **RESUMEN**

*Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre los métodos de investigación en el espacio urbano en relación al tema de la alteridad, confrontando los problemas y procedimientos metodológicos desde las interacciones con los actores y haciendo hincapié en las narraciones cotidianas y en aspectos ampliamente compartidos sobre una determinada forma de sociabilidad. Se sugiere aquí que esta manera de concebir la práctica de la investigación y el diseño es más relevante en situaciones donde los cambios se procesan rápidamente, como en las áreas urbanas inestables, donde la inseguridad impone transversalidades de todo tipo. Por lo tanto, el artículo analiza los colectivos situados en el Complexo do Alemão que, en los últimos tiempos, han adoptado prácticas y actividades que pueden revelar lo que escapa a los conceptos generalizadores y, por lo tanto, reductores sobre el área. Como ejemplo se propone un análisis del evento denominado Rolezinho afetivo do Complexo do Alemão, organizado en 2013 por colectivos e instituciones que trabajan para conocer y entender los espacios importantes de las favelas. También se espera que este artículo ofrezca pistas para pensar las diferencias y asimetrías que permean los territorios de la pobreza en las grandes ciudades.*

**PALABRAS CLAVE:** *Colectivos urbanos. Complexo do Alemão. Metodología en urbanismo.*

### **INTRODUÇÃO**

Na última década, as metrópoles brasileiras têm passado por um processo de acelerada transformação nas formas de produção urbana. Uma das causas desse fenômeno é a agenda desenvolvimentista protagonizada pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Tal agenda proporciona a realização de grandes empreendimentos em parcerias público-privadas por meio da total articulação institucional entre as três esferas de governo: federal, estadual e municipal. Ao pautar o desenvolvimento urbano e ampliar o investimento em grandes obras — como as de infraestrutura e mobilidade —, essa forma de produção urbana é marcada então pela padronização e celeridade, a qual destaca o caráter unívoco e pouco adaptável de planos e projetos. Em consequência, nos diversos contextos em que tais obras/processos/ações foram implementados, observa-se contradições radicais nas dimensões da vida urbana.

Tais contradições apresentam seus efeitos com maior evidência em zonas periféricas e precárias, ocupadas por populações vulneráveis, situadas em áreas de risco ou em franjas distantes do perímetro urbano. A ausência de consultas prévias por parte do poder público — ou a ineficiência na condução desse processo —, somada à incapacidade de articulação que se observa em muitos territórios da pobreza, produz um cenário de obras que proporcionam transformações limitadas. Esse é o caso de grandes conjuntos de favelas como o Complexo do Alemão, na zona norte do Rio de Janeiro, um lugar historicamente marcado pela exclusão e violência e que recentemente recebeu investimentos do PAC para obras de infraestrutura, habitação e mobilidade.

Foi destinado mais de um bilhão de reais para o Complexo do Alemão, Pavão-Pavãozinho, Rocinha e Manguinhos através do PAC em 2011. A obra mais vultosa construída no Complexo do Alemão foi um teleférico conectando os topos dos morros à Estação de Trens de Bonsucesso, bairro contíguo ao conjunto de favelas. Inaugurado em junho de 2011, o teleférico do Alemão é um caso exemplar do modo homogêneo e consensual pelo qual são pensados muitos projetos urbanos no Brasil contemporâneo. Sua implantação proporcionou reconfigurações em diversas escalas, mas, paradoxalmente, trouxe alguns problemas. Se, por um lado, ampliou a mobilidade local — ainda que de forma restrita, como veremos —, por outro, resultou em remoções, afetou a estabilidade de casas próximas às estações, deixou espaços residuais em torno dos pilares e casas desapropriadas para a abertura de vias.

Essas contradições mobilizaram diversos atores, como instituições, coletivos e ativistas que questionaram a efetividade da obra e denunciaram o descaso das autoridades na condução do processo. O não atendimento a demandas coletivas fez com que fossem reunidas motivações compartilhadas de maneira ampla pelas favelas do complexo.

Compreender as tensões sociais que se processam nesse território — ou ao menos detectar fontes de indagação a partir de suas manifestações —, requer uma prática de pesquisa e análise específicas. Essa prática alinha-se à vicissitude das formas associativas em suas menores dimensões e perscruta fatores e questões que escapam ao dado amplo, à vista de sobrevoo, às plantas e ao próprio teleférico. Uma prática “pedestre” de pesquisa, feita ao rés-do-chão, seria a contribuição que o trabalho de campo traria ao urbanismo.

Deve-se assinalar que não se trata apenas de ouvir as demandas por soluções imediatas de determinado grupo ou comunidade, mas de percorrer a cidade com uma postura ao mesmo tempo crítica e flexível. É dar atenção a práticas capazes de relativizar a posição do urbanista e do pesquisador em campo e que apontam para as forças estruturantes da vida urbana.

Este trabalho tem a finalidade de pensar sobre a prática pedestre como uma possível forma de pesquisar o espaço urbano. Trata-se aqui de encarar os problemas e procedimentos metodológicos a partir das interações com os atores situados, com ênfase nas narrativas cotidianas e nos aspectos amplamente compartilhados em uma comunidade. Nesse sentido,

o trabalho de autores como Foster (2014) sobre a etnografia e o mapeamento apontam para horizontes que talvez possam delimitar ou reconfigurar algumas questões.

Sugere-se aqui que essa forma de conceber a prática de pesquisa e de projeto é mais relevante em situações em que as transformações se processam rapidamente, bem como em áreas urbanas onde a precariedade impõe transversalidades de toda ordem e cria territórios instáveis. Por isso, o artigo recorre ao caso dos coletivos do Complexo do Alemão que, em tempos recentes, adotaram práticas e atividades capazes de revelar o que não se aprende pelo número, ou seja, aquilo que escapa às concepções generalizantes e, por isso, redutoras.

A experiência e a reflexão dos coletivos com sede no Complexo do Alemão protagonizam as questões discutidas aqui. Diversas iniciativas de movimentos sociais, coletivos e ativistas colocam questões importantes para pensar a cidade a partir dos deslocamentos sucessivos que ela proporciona. Termos como “derivadas”, “ocupações”, “cartografias” e “rolês” são gradativamente assimilados a seus repertórios de estratégias e ações. Como caso exemplar dessa experiência e reflexão, propõe-se analisar aqui o “Rolezinho afetivo do Complexo do Alemão” — organizado em 2013 por coletivos e instituições que atuam no complexo —, com o objetivo de mapear e compreender espaços importantes da favela.

Espera-se que o presente artigo possa contribuir para se pensar a pesquisa de campo pedestre como uma metodologia eficaz na aproximação e revelação das dimensões subjetivas em disputa quando se trata do urbanismo.

## **TRANSFORMAÇÕES URBANAS NO COMPLEXO DO ALEMÃO**

O Complexo do Alemão, situado entre a Serra da Misericórdia e os bairros da Penha, Bonsucesso, Ramos, Olaria e Inhaúma, é um dos maiores conjuntos de favelas do Rio de Janeiro. O número de habitantes e de comunidades é impreciso<sup>1</sup>, mas no geral considera-se um conjunto de doze favelas: Morro do Alemão, Grota, Alvorada, Nova Brasília, Alto Florestal, Itararé, Baiana, Joaquim Queiroz, Esperança, Cruzeiro, Palmeiras e Adeus. Em 1993, o Complexo do Alemão passou a ser considerado um bairro pela prefeitura, sendo o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) um dos menores do município.

Até 2011, quando foram feitos os investimentos do PAC — mais especificamente, do PAC Comunidades —, o Complexo do Alemão nunca havia recebido um projeto urbano compatível com sua dimensão e importância. Seus moradores não foram contemplados em experiências anteriores como o Favela-Bairro<sup>2</sup>. Apesar de seu aspecto reformista e processual — oposto a grandes intervenções —, o Favela-Bairro não logrou alterar, em essência, o modo de reprodução das favelas. Observa-se que o crescimento das favelas no Rio de Janeiro na última década foi considerável, mesmo com um crescimento populacional muito baixo. Para Botelho (2013), as favelas foram consideradas uma solução para a ausência de políticas habitacionais de baixa renda no Rio de Janeiro, uma forma de habitação que garante o acesso a serviços básicos como água e energia, a partir do esforço dos

moradores. Desse modo, “[...] as ‘comunidades’ servem para fugir dos efeitos sociais da decadência econômica, [...]” (BOTELHO, 2013, p.177) diante tanto da crise estrutural do Estado em constituir um programa público eficiente para reverter o déficit habitacional, quanto da incapacidade da economia de mercado em integrar seus moradores em determinados padrões de consumo.

As propostas do PAC reiteram o modo predominante de intervir em favelas, normalmente assentado em diretrizes como manter as moradias existentes em lugares e regiões precárias, e melhorar as condições de saneamento e circulação nas áreas densas. O PAC levou a cabo a reinserção produtiva de territórios como o Alemão ao adotar tais diretrizes aliadas à implantação de um grande equipamento de mobilidade. O teleférico, nesse sentido, é o elemento capaz de garantir acesso e circulação de pessoas em um território há muito apartado da continuidade urbana; cabe entender em que medida e por que se tornou motivo de controvérsia.

Para isso, é preciso dar um passo atrás na análise dessa “reinserção” proporcionada pelo teleférico. Tal estruturação só foi possível com a retomada simbólica promovida pela “pacificação armada”, que, no Alemão, inicia-se em 2007 com uma missão de diversos agentes de segurança — pacificação que ainda hoje é violenta e conflituosa. Ainda que não haja garantia de que essa política perdure, ela já mostra sinais no território das favelas e nas regiões adjacentes, impondo a necessidade de se refletir sobre seu alcance e limitações.

Essa realidade complexa permeada por descasos de toda ordem coloca aporias e disjunções para qualquer intervenção urbana. Nesse sentido, os métodos e técnicas de abordagem e pesquisa realizados em campo que buscam os elementos de sua construção nas menores tensões sociais podem contribuir para a discussão sobre as possibilidades de se considerar as experiências associativas e as práticas comuns da comunidade para a prática urbanística.

### **O ROLEZINHO AFETIVO: MAPEANDO ESPAÇOS DO ALEMÃO**

No sábado do dia 15 de Junho de 2013, um grupo de Jovens do *Ocupa Alemão* organizou o “Rolê afetivo no Complexo do Alemão”, com o intuito de perambular pelas ruas e vielas das favelas da Grota, Morro dos Mineiros e Morro do Alemão. O evento reuniu cerca de vinte pessoas de diversas áreas da cidade, dentre as quais integrantes de outras associações do Complexo, como o “Instituto Raízes em Movimento”.

O *Ocupa Alemão* é um coletivo de ativistas fundado em 2012 com o propósito de percorrer as ruas da favela para denunciar descasos do poder público e abusos de autoridade, além de pensar no quadro de precariedade da favela. Suas táticas de disputa vão do registro audiovisual — uso de celulares e câmeras para registrar a violência —, à articulação de reuniões, derivas, oficinas e outras atividades. O Instituto Raízes em Movimento, Organizações não Governamentais (ONG) formada por estudantes universitários moradores da área ou envolvidos em trabalhos sociais na região, foi fundado em 2001 no Morro do Alemão.

Os coletivos e ativistas fazem uso amplo das redes sociais para convocar, dialogar e manifestar ideias a respeito da favela. O convite para o “rolezinho afetivo” foi feito publicamente e divulgado na página do Ocupa Alemão nas redes sociais, o que possibilitou não apenas a participação de moradores e pessoas próximas aos coletivos, como também a de pesquisadores e outros interessados em conhecer o conjunto de favelas.

A maioria dos participantes do rolezinho era de jovens entre 20 e 25 anos, e a possibilidade de perambular pela favela era, para muitos, uma “experiência, uma forma de conhecer os lugares da favela, conhecer sua história e dar nome aos seus espaços”, diz um ativista do Ocupa Alemão<sup>3</sup>.

As manifestações de junho entravam em sua segunda semana e os jovens ativistas mal conseguiam conter a euforia de estar nas ruas. As chamadas manifestações de junho de 2013 se iniciaram com mobilizações em São Paulo e logo se espalharam por todo o país. Num primeiro momento, os movimentos eram contra o aumento da tarifa dos transportes públicos, mas logo foram adotadas outras bandeiras, como o combate à corrupção do Estado e as prioridades dos gastos públicos — como a construção de estádios para a Copa do Mundo de 2014 e, no caso específico do Alemão, a construção de um imenso teleférico.

Nesse contexto, o “rolezinho afetivo” se configurou como uma nova forma de tomar os espaços da cidade num revide simbólico silenciado por toda forma de opressão a que estiveram (e estão) sujeitos aqueles jovens. De celular e câmera em punho, discorriam com desenvoltura sobre problemas do complexo: ausência de áreas livres públicas, falta de lazer e oportunidades para todos, violência da polícia mesmo após a chegada das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP).

A polícia tem enorme presença nessa narrativa. Está no centro de praticamente todos os debates no Alemão. Contra ela é que se consegue mobilizar os recursos mais expressivos nas diversas disputas que se sucedem nesse território. Sua presença ostensiva e algo ameaçadora é uma constante no relato de moradores, que afirmam que a polícia determina onde se pode estar, onde se deve ir e em qual horário, e impõe a disciplina das negociações e das trocas, sejam elas materiais ou não.

“*Tudo agora é filmado! A gente grava tudo o tempo todo*”, diz um jovem morador que participa do evento. Com a difusão de máquinas fotográficas digitais e celulares equipados com câmera, o cotidiano desses lugares ganhou nova forma de registro. “*As gravações ajudam bastante! Se fizerem coisa errada, vai tá lá pra todo mundo ver!*”, diz um jovem de camisa larga apoiado num skate.

A centralização excessiva e a autoridade são as formas mais bem acabadas da sociabilidade ali imposta. Para o filósofo Jacques Rancière, essa lógica do “estar junto” gera um “estado policial”, ou seja “[...] conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição” (RANCIÈRE, 1996, p.41).

Nessa versão de “estado policial”, o Estado regulamenta em que momentos é permitida a presença dos sujeitos nos espaços livres e silencia diante da violência que pratica. As marcas da violência estão por toda parte. As paredes crivadas de bala mostram que os conflitos ainda ressoam no cotidiano do lugar. Em todo caso, a preocupação comum dos guias era sempre a de tentar tratar de outros temas.

O trajeto se iniciou na entrada da Favela da Grota, situada na Estrada de Itararé, local de confrontos violentos entre policiais e quadrilhas de traficantes. O trajeto ocorreu em áreas mais acessíveis da favela onde não existem, hoje, conflitos entre quadrilhas. Logo no ponto de partida, um morador recorda: “*Antes aqui era complicado, do lado do [Morro do] Adeus*”. Ele fazia menção ao fato de que a favela era antes dividida em territórios de poder entre os chefes do tráfico, o que impunha linhas imaginárias que traçavam uma geografia própria, marcada pelo medo e pela rivalidade. Atravessar para a área do “inimigo” em tempos de conflito não era permitido. “*Ficava ruim até pra visitar parente!*”, recorda uma jovem.

Logo na entrada da Rua Joaquim Queiroz localiza-se o Largo do Bulhufa, primeira parada para conversa. Segundo um ativista, pouco se sabe sobre a história do lugar, e a origem do nome é desconhecida. É lá que se realizam apresentações culturais, como as “batalhas do passinho”, um concurso de dança em que jovens se desafiam amigavelmente numa performance ao ritmo de um subgênero do *funk* carioca. Na rua Joaquim Queiroz, que é por onde o trajeto segue, há várias casas marcadas com as iniciais da Secretaria Municipal de Habitação (SMH), o que indica que a casa será removida em breve. Os empreendimentos do PAC desapropriaram diversas casas sob o argumento de que estavam em áreas de risco ou em trechos destinados à abertura de vias. No entanto, os relatos de moradores é outro: muitas casas foram desocupadas sem critério e não tiveram nenhuma destinação posterior. “*O problema é que as casas ficam fechadas e ninguém toma conta. Nada! Aí acumula lixo, junta rato e traz doença*”. Afirma um líder comunitário do Morro dos Mineiros.

Mais um ponto de parada, a Biblioteca Mini Mineirinhos foi organizada em 2013 na garagem de um morador do Largo dos Mineiros: a iniciativa nasce diante da carência de equipamentos públicos na região. Só há uma escola em todo o Complexo do Alemão, o Centro Integral a Criança e Adolescente (CAIC) Theophilo de Souza Pinto, localizado na favela Nova Brasília. O desejo que se manifesta e que é amplamente compartilhado aqui é a democracia urbana e suas definições mais amplas de igualdade, mas, ao se identificar o lugar da transformação política nas práticas menores — vividas diariamente ou compartilhadas em momentos como o “rolezinho” —, surgem elementos que se manifestam diante de adversidades locais.

A rede de práticas menores e solidárias se situa nas zonas de conflito que surgem nesse contexto de extrema precariedade e depreciação ao qual os moradores estão sujeitos. Tais ações podem oferecer sinais para se pensarem diferenças e assimetrias que

permeiam territórios da pobreza nas grandes metrópoles por se repetirem com diferentes variações e intensidades em outros contextos.

O conjunto das narrativas de moradores mostra que a flexibilidade é um dos denominadores comuns referentes às demandas. Nesse sentido, a implantação do teleférico se mostra pouco eficiente na fala dos moradores, razão de crítica constante ao longo do percurso. “*Como que uma criança que mora aqui vai andar até a [Morro da] Baiana pra pegar esse teleférico? Como que alguém vai subir aquele Morro todo pra pegar o teleférico? Fazer o que em Bonsucesso? Como que entra lá com compras, e carrinho de bebê?*” São perguntas ouvidas ao longo da caminhada ao se abordar o tema.

A única conexão do teleférico com outros modais se dá por meio do ramal de trens Saracuruna (também operado pela empresa SuperVia). Por um lado, isso privilegia e reforça o deslocamento em direção a um trecho urbano com maior oferta de empregos formais; por outro, restringe a possibilidade de conexão para quem vem dos demais trechos da cidade.

Sendo assim, a conexão com o sistema de metrô continua precária, efetuada por meio da estação de Inhaúma, que normalmente é acessada por vans. O mesmo acontece com relação aos ônibus que cruzam o Complexo pela Estrada de Itararé em direção à Penha ou ao Centro, já que as estações ficam no topo dos morros e bem distantes da principal via do bairro. Os mototáxis poderiam ser fundamentais nessa integração, permitindo que áreas descobertas pelo sistema fossem acessadas, ou realizando fretes pequenos, como de botijões de gás, mas a ausência de uma política pública voltada para esses trabalhadores os relega a conviver com todos os problemas que a informalidade acarreta. “*O teleférico tem um tempo próprio, um trajeto próprio e vive parando*”. Diz um líder comunitário, um senhor que endossa as reclamações constantes.

É possível ainda identificar áreas fragmentadas e ociosas, espaços residuais resultantes das demolições, remoções e desapropriações decorrentes da obra e da implantação dos pilares e das estações. A falta de agenciamento dos espaços se reflete na ausência de uma política efetiva de infraestrutura de saneamento, que é uma luta longa e constante de organizações que atuam na área. Além disso, diversos espaços, como o campo de futebol da Pedra do Sapo, ou o trecho da Pedreira, permanecem sem qualquer tipo de intervenção urbanística, mesmo sendo áreas com grande potencial para lazer e usufruto da população.

A Pedra do Sapo é o local onde foi encontrada a ossada do Jornalista Tim Lopes, brutalmente assassinado a mando do traficante Elias Maluco, em 2002. Entende-se a conotação negativa associada ao lugar diante dessa enorme tragédia — e de tantas outras que não foram solucionadas, já que, segundo relatos de moradores, outros restos mortais foram encontrados no topo do morro durante a busca por Tim, mas a área possui potencial para ser revertida em lugar de memória e usufruto. Para dar exemplo, é no topo desse morro que se realiza o campeonato de futebol do Complexo do Alemão.



## EXPERIÊNCIAS DO OUTRO NA CIDADE

Nos trechos percorridos ao longo do “rolezinho afetivo”, foi possível perceber um desacordo considerável entre as experiências dos sujeitos em suas práticas cotidianas e a narrativa oficial de concepção e implantação dos projetos urbanos. Esse desacordo foi explorado por Paola Berenstein Jacques, na figura dos “errantes urbanos” capazes de “compartilhar experiências ao abrir outras possibilidades narrativas e, em particular, de narrativas de experiência urbana em grandes cidades, o que chamamos de narrativas urbanas” (JACQUES, 2012, p.55). Com suas práticas relacionadas à ideia de percurso, de deslocamento e movimentos, errantes urbanos abrem espaço para a transmissão da experiência do outro, da experiência coletiva que se acumula.

O percurso com os grupos mobilizados do Complexo do Alemão confere força a alguns elementos capazes de expandir essa experiência acumulada. A elaboração desse *outro* ajuda a refletir sobre os modos pelos quais as coletividades realizam práticas menores, cotidianas, bem como reúnem energias em momentos específicos como o “rolezinho”. Sugere-se aqui que as práticas de pesquisa efetuadas em campo ajudam a colocar no centro do debate uma forma mais complexa de entendimento do outro, uma espécie de “alteridade transformadora” (FOSTER, 2014, p.161), baseada em princípios e práticas que colocam em constante tensão as experiências vividas no espaço público.

As metodologias no urbanismo muitas vezes assimilam práticas e questões advindas de outros campos, o que leva a refletir sobre seus processos disciplinares. O entrosamento do urbanismo com demais disciplinas fez surgir uma diversidade de aproximações capazes de diluir fronteiras e reposicionar termos e questões de seu estatuto epistemológico. No Rio, certas experiências permitiram “[...] fazer convergir arquitetura, urbanismo e, ainda, antropologia, como, por exemplo, na urbanização da favela de Brás de Pina com a visão reflexiva sobre o urbanismo, altamente atualizada, de Carlos Nelson Ferreira dos Santos” (PEREIRA, 2014, p.213).

A esse respeito, além do trabalho de Carlos Nelson F. dos Santos, deve-se ter em perspectiva a ampla contribuição da antropologia urbana que se desenvolveu no Rio de Janeiro e em São Paulo, configurada em torno de autores como Gilberto Velho, que traz reflexões preciosas do que o campo revela sobre a experiência das ruas como elemento estruturador da subjetividade e das relações entre indivíduos.

Sublinha-se ainda que esses estudos se situam diante do desafio metodológico de pensar a complexidade das metrópoles em dimensões que, nos contextos aqui delimitados, como o Complexo do Alemão, apresentam-se de forma expressiva. Para Magnani (2003, p.83), pensar a “[...] dinâmica cultural e das formas de sociabilidade nas grandes cidades contemporâneas [...], e enfrentar novos objetos de estudo e questões mais atuais” é um dos grandes desafios da antropologia urbana.

Nesse sentido, a posição do pesquisador em campo e seu papel como ator capaz de articular essas questões devem ser considerados, podendo-se pensar a partir daí em

modos de investigação com o intuito de ampliar o campo teórico e as possibilidades de abordagem do urbano. Tal situação não permite que o pesquisador esteja em posição de neutralidade e indiferença. Para Rizek (2013, p.20), coletar e interpretar representações simbólicas, estéticas e políticas — entrever a disputa e o desentendimento nas cidades —, “[...] implica uma reflexão sobre o lugar e a inserção do próprio pesquisador em campo”.

Rizek (2013) propõe uma etnografia urbana como um meio de pesquisar as práticas e experiências na cidade. Seu pensamento é tributário da enorme contribuição da etnógrafa Favret-Saada (2005), que situa o reconhecimento por meio da noção de “ser afetado”. Para a etnógrafa, essa noção não corresponde a manter relações de empatia com o outro, pelo contrário: é exatamente por não estarmos na situação do outro que precisamos imaginar e representar o que é estar naquele lugar. Trata-se de um distanciamento mais do que aproximação, “ser afetado” é estar nessa posição permanentemente instável.

Essa dimensão afetiva como prática reflexiva evoca o lugar de não passividade, podendo ser uma forma de mobilizar as energias em favor de uma práxis transformadora por cenários mais amplos de um futuro compartilhado. As incursões em cenários instáveis por meio de “deambulações” e “derivas” ajudam a refletir sobre modos de pesquisar em campo, sobre uma prática pedestre de pesquisa.

Em *O artista como etnógrafo*, o professor Foster (2014) propõe pensar essa “alterização” no campo da arte a partir de um novo paradigma de identificação. Partindo do engajamento conclamado por Walter Benjamim em sua análise sobre os movimentos proletkult e produtivista, Foster propõe um modo de codificar os termos para modular a relação da arte com culturas reprimidas e subjacentes. Por analogia, pode-se pensar que essas dimensões minoritárias também se manifestam nos espaços urbanos, entendidos como campo de relações produtivas. Desse modo, a relação com o outro importa na medida em que se pode conhecer suas possibilidades, imaginar e representar as formas mais particulares de prática social, o que demanda um modo de fazer pesquisa.

O deslocamento por territórios complexos, instáveis e vulneráveis, como o conjunto de favelas do Alemão, revela as transversalidades que se processam em território aparentemente regular e homogêneo. Em conjuntos favelados semelhantes existem as situações mais diversas de fluxos e fronteiras, de práticas e ações que podem ser coletadas e mapeadas em favor de uma produção urbana mais horizontal. Sendo assim, a ação que mobiliza energias reunidas pode contribuir para uma prática do urbanismo pela alteridade.

Para Ribeiro (2012), a ação é o elemento que desestabiliza os modos automáticos de assimilação da vida urbana. Segundo a autora, a atividade reitera o presente, a ação descobre possibilidades e se situa na contramão da “passividade frente à torrente das representações dominantes da vida coletiva que alimentam o senso comum” (p.62).

A ação é entendida aqui menos como categoria e mais como “[...] uma práxis, um procedimento e até uma estratégia” (DELEUZE & GUATARRI, 2011, p.196). A ação é a narrativa que configura uma cartografia do presente. É um modo de não sucumbir

às representações dadas e aos modelos, colocar em primeiro plano a ação e os deslocamentos como meio de assimilar a porção irreduzível do outro. A ação é também “leitura” e “escritura” do território.

A essa altura é possível abordar os termos de autoridade que podem ser atribuídos a quem está no campo, ao urbanista e a quem produz e se relaciona com a cidade. Ainda que esse método de pesquisa questione incisivamente a autoridade institucional e social, não estaria de alguma maneira afirmando uma autoridade urbanística? A esse respeito pode-se argumentar que essas práticas de pesquisa não visam a um objetivo concreto específico e fixado no tempo (produzir uma intervenção), mas sim a despertar um horizonte reflexivo que se refere mais ao arranjo dos agentes diante das instâncias mobilizadoras. Portanto, essas não são ações de cunho personalista ou meramente criativo, e não se reduzem a um modo de instituir uma forma de operar no nível segmentar, das transformações graduais. Trata-se de produzir um modelo no qual as hierarquias são repensadas, uma forma de produzir cidade em que “[...] o enquadrador é também enquadrado, imerso numa paralaxe, complexificando, assim, a antiga oposição de um nós-aqui-e-agora versus um eles-lá-e-outro” (FOSTER, 2014, p.178).

Desse modo, a ênfase dessa forma de pesquisa recai sobre processos de constituição dos lugares, das ideias e práticas que se manifestam no espaço/tempo configuradas em torno de ferramentas e representações e estratégias de mobilização. Nesse sentido, importa pensar a posição dos sujeitos nesses arranjos que resultam da disputa constante entre diferentes formas de discurso e concepções.

### **SER AFETADO: PRÁTICA DO URBANISMO PEDESTRE NO ALEMÃO.**

A partir da atualidade da contribuição etnográfica na reflexão sobre os problemas da metrópole, busca-se efetuar aqui uma convergência problematizadora com a prática do urbanismo. Para Secchi (2006, p.42), a prática do urbanismo e o exercício de sua imaginação dependem das condições dadas e “[...] de possíveis itinerários partilhados e desejados pela maioria”. A ideia de urbanismo proposta pelo autor é aquela de “um saber mais do que uma ciência; um saber relativo aos modos de construção e contínua mudança e melhoramento do espaço habitável e, em particular, da cidade” (SECCHI, 2006, p.42). Esse saber não possui a unidade de uma ciência, mas carrega em seu interior conhecimentos dos quais não está desvinculado.

Esse universo articulado pela prática urbanística permite diversas aproximações ao contexto de pesquisa ou intervenção. A incursão em campo no Complexo do Alemão mostra que a perspectiva da etnografia urbana talvez seja um meio de “recolocar em cena — pelo menos numa cena urbana —, as dimensões de novos núcleos e modos de governabilidade que se espalham pelas periferias das metrópoles e cidades brasileiras” (RIZEK, 2014, p.67).

“Ser afetado”, na prática urbanística, é um modo de deixar-se impregnar pela atmosfera do lugar, pelo conjunto de experiências e das narrativas que se constituem diante

das contradições que permeiam certa situação ou contexto. O procedimento em campo a partir da experiência pedestre permite um deslocamento que parece concebível na medida em que é capaz de assimilar esse conjunto de percepções do *outro*, fazendo o pesquisador urbanista refletir sobre o próprio inventário e as formas de alterização.

De uma perspectiva particular, a partir do caso específico do Complexo do Alemão, pode-se situar algumas questões que afetam a percepção de conjunto que se pode ter sobre as favelas. A partir da experiência do “rolezinho” foi possível perceber que há uma imensa heterogeneidade entre as favelas do Alemão. A perspectiva do teleférico — como qualquer visão “do alto” —, não permite compreender as singularidades que se manifestam em seus becos e vielas, espaços onde a vida pulsa por meio de práticas sociais e espaciais imprevistas.

As comunidades do complexo possuem histórias e identidades próprias que se refletem no modo como se relacionam no conjunto urbano, nas formas associativas e nas disputas urbanas. O conjunto das situações particulares revela que as intervenções urbanísticas no território devem ser pautadas por uma prática reflexiva e constante, atenta às alterações sucessivas e velozes que se processam ali.

Ser afetado, nesse caso, exige que se alternem constantemente as posições de enquadramento, compreendendo que distância e proximidade são estágios de relação com o outro na cidade. A experiência do “rolezinho” possibilitou uma incursão particular em um território pouco compreendido, onde ainda existem muitas carências materiais e relacionais no que tange às categorias mais imediatas de estruturação da vida urbana.

Sendo assim, soluções unívocas e centralizadoras como a construção do teleférico acabam por enfraquecer algumas práticas sociais que há muito se processam no território, não só no que se refere à mobilidade, mas também ao que diz respeito à própria ocupação dos espaços — uma vez que o projeto não foi implantado como previsto. Por outro lado, interessa analisar de forma mais aguçada as redes de mobilização e solidariedade que possam emergir dessas situações conflituosas.

A “prática pedestre”, aqui discutida, ajuda a compreender as tensões que permeiam a almejada alteridade urbana. Essa prática do urbanismo aqui refletida se coloca em favor da pluralidade de narrativas. É uma maneira de tentar compreender o conjunto das ideias e inclinações que permeiam as práticas urbanas do cotidiano e do homem comum. Essas questões colocam a cidade num horizonte complexo de problematização, caracterizado por uma miríade de fragmentos e sobras que resultam das tentativas fracassadas de conciliação — como é o projeto do teleférico e tantos outros. Cabe, por isso, pensar o urbanismo como propõe Secchi (2006): um saber que está sujeito a mudanças contínuas, transformações de convergências feitas de acréscimos e subtrações. Nesse sentido, a possível reorientação de métodos de pesquisa em urbanismo em favor de modos horizontais, simétricos e abrangentes de concepção urbana é um tema que está longe de ser apaziguado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de territórios complexos como as favelas do Alemão demanda reflexão sobre métodos e procedimentos do urbanismo e demais saberes sobre a cidade. As análises quantitativas podem ser pouco efetivas para que se possa compreender todas as tensões que se processam nesses lugares. Grandes complexos de favelas como o Alemão apresentam características que podem ser observadas em outros assentamentos semelhantes; no entanto, analisar, pesquisar e intervir em contextos dessa natureza exige que se compreendam particularidades que serão mais bem analisadas numa relação de proximidade, por meio, dentre outros, da pesquisa de campo.

Essas pesquisas podem se mostrar produtivas para a constituição de novos procedimentos e metodologias desenvolvidos em contextos vulneráveis e fragilizados, em áreas urbanas marcadas pela transformação acelerada, pela informalidade, onde práticas cotidianas são determinantes no modo de reprodução urbana. As análises a partir dessas perspectivas podem se mostrar importantes também para se pensar em formas horizontais, simétricas e solidárias da prática do urbanismo em suas diversas dimensões, baseadas na equivalência como pressuposto e na experiência do outro como forma de refletir sobre a vida urbana.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

## NOTAS

1. Os dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) apontam para 70 mil pessoas (69 143), mas dependendo da abrangência considerada, esse número pode ser muito maior. De acordo com estimativa apresentada por Felipe Brito, o Complexo possui cerca de 400 mil moradores (BRITO, 2013).
2. Programa da Prefeitura do Rio de Janeiro iniciado em 1995 e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em que se promovia o investimento em infraestrutura e serviços como forma de integrar as áreas de favela ao tecido urbano. As áreas mais próximas em que houve projeto estão situadas na Penha e Inhaúma, como o Parque proletário do Grotão e Parque proletário Àguia de Ouro. Ver mapa de intervenções do Favela-Bairro. Disponível em: <<http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/mapas.htm#>>. Acesso em: 8 abr. 2015.
3. Por questões éticas, os nomes dos participantes não foram mencionados neste trabalho. Optou-se por citar apenas “quem fala”, ou seja: ativista, morador, líder comunitário *etc.*

## REFERÊNCIAS

BOTELHO, M. Crise urbana no Rio de Janeiro: favelização e empreendedorismo dos pobres. In: BRITO, F. OLIVEIRA, P.R. (Org.). *Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social*. São Paulo: Boitempo, 2013. p.169-213.

BRITO, F. Considerações sobre a regulação armada de territórios cariocas. In: BRITO, F. OLIVEIRA, P.R. (Org.). *Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social*. São Paulo: Boitempo, 2013, p.79-114.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 2011.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. *Cadernos de Campo*, n.13, p.155-161, 2005.

FOSTER, H. *O retorno do real*. São Paulo: Cosac & Naify, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico*: 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7552>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

JACQUES, P.B. A experiência errática na cidade: em busca da alteridade Urbana. In: TORRES RIBEIRO, A.C.; VAZ, L.; SILVA, M.L.P. (Org.). *Leituras da Cidade*. Rio de Janeiro: Letra Capital: ANPUR, 2012. p.48-63.

MAGNANI, J.G.C. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. *Tempo Social*, v.15, n.1, p.81-95, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702003000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 jun. 2015.

PEREIRA, M.S. O rumor das narrativas: a história da arquitetura e do urbanismo do século XX no Brasil como problema historiográfico: notas para uma avaliação. *Redobra*, ano 5, n.13, p.201-247, 2014.

RANCIÈRE, J. *O descentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996.

RIZEK, C. Etnografias urbanas. *Redobra*, ano 4, n.12, p.19-24, 2013.

RIBEIRO, A.C.T. Homens lentos, opacidades e rugosidades. *Redobra*, ano 3, n.9, 2012. Disponível em: <[http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2012/04/redobra9\\_Homens-Lentos-Opacidades-e-Rugosidades.pdf](http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2012/04/redobra9_Homens-Lentos-Opacidades-e-Rugosidades.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2015.

SECCHI, B. *Primeira lição de urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

Recebido em  
22/4/2015,  
reapresentado em  
6/7/2015 e aprovado  
em 31/8/2015.

**CARLOS HENRIQUE MAGALHÃES DE LIMA** | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | Programa de Pós-Graduação em Urbanismo | Av. Reitor Pedro Calmon, 550, Prédio da Reitoria, 5º andar, Sala 521, Cidade Universitária, Ilha do Fundão, Rio de Janeiro, RJ, Brasil | E-mail: <[carlos.lima@ufrj.br](mailto:carlos.lima@ufrj.br)>.